

Negativa de Tratamento pelo Plano de Saúde: Entenda Seus Direitos e Como Reagir

Morais & Tavares Advogados Associados



Você pagou pelo plano de saúde esperando segurança. Mas, ao precisar de um exame, cirurgia, medicamento ou internação, recebeu uma resposta negativa.

Prefere ouvir do que ler?



**lei
de
boa**



Entenda seus direitos de forma fácil e direta

Clique escute





lei
de
boa

Entenda seus direitos
de forma fácil e direta



Clique escute



Infelizmente, a recusa de cobertura por operadoras de saúde é mais comum do que deveria — mesmo em situações de urgência ou com indicação médica clara.

Este guia foi criado para orientar pacientes sobre o que fazer diante de uma negativa de tratamento, como agir rapidamente e quando é possível buscar judicialmente a liberação ou indenização por danos sofridos.

O **Moraes & Tavares Advogados Associados** atua com foco em **Direito Médico e da Saúde**, com experiência na defesa de pacientes em situações de **negativa indevida de cobertura**.



MORAIS &
TAVARES
ADVOCADOS ASSOCIADOS

1. O plano de saúde pode negar tratamento indicado por um médico?

Não. Se o tratamento está indicado por um profissional habilitado, a operadora não pode substituir a prescrição médica por sua própria interpretação. A recusa é ilegal quando fere a boa-fé contratual, coloca o paciente em risco ou desrespeita normas da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

2. Quais são os tipos mais comuns de negativas indevidas?

- **Recusa de cirurgia ou internação com alegação de que não está no rol da ANS.**
- **Negativa de exames de alta complexidade ou tratamentos de alto custo.**
- **Não fornecimento de medicamentos, inclusive off-label, mesmo com prescrição médica.**
- **Imposição de carência indevida em situações de urgência ou emergência.**
- **Descredenciamento do profissional ou hospital no meio do tratamento.**

3. O que o paciente deve fazer ao receber uma negativa do plano?

- **Peça a negativa por escrito**, com a justificativa da operadora (direito garantido por lei).
- **Guarde a prescrição médica**, com CID e justificativa técnica.
- **Documente tudo:** protocolos de atendimento, e-mails e gravações, se houver.
- **Procure um advogado especializado em Direito da Saúde** para avaliar a possibilidade de liminar.

4. Em casos de urgência, é possível obter liberação imediata do tratamento na Justiça?

Sim. É possível ingressar com um pedido de **tutela de urgência (liminar)** para obrigar o plano a autorizar o tratamento imediatamente.

Nesses casos, o **juiz pode determinar a cobertura**, com base em laudos médicos e na urgência do caso.

5. O plano pode negar cobertura dizendo que o procedimento “não está no rol da ANS”?

Não de forma absoluta. O entendimento é que o rol da ANS é taxativo mitigado. Isso significa que ele representa uma lista básica obrigatória, mas não impede a cobertura de procedimentos fora do rol, desde que preenchidos determinados critérios.

Em casos excepcionais, a Justiça pode obrigar a cobertura de tratamentos fora do rol da ANS, desde que:

- Haja prescrição médica fundamentada;**
- O tratamento seja eficaz, indispensável e seguro;**
- Não exista alternativa terapêutica substitutiva incluída no rol;**
- O procedimento tenha respaldo em evidências científicas ou recomendações de órgãos técnicos nacionais ou internacionais.**



76ativa de tratamento?

Sim. A recusa indevida que coloca a saúde ou a vida do paciente em risco pode gerar indenização por danos morais, além da obrigação de custear o tratamento.

O valor é avaliado conforme os prejuízos sofridos, a gravidade da recusa e o impacto emocional gerado.

7. Quais documentos são necessários para um pedido judicial?

- **Prescrição médica com CID e justificativa técnica.**
- **Carta de negativa do plano (ou protocolo de atendimento).**
- **Comprovantes de pagamento do plano.**
- **Exames, laudos e histórico médico.**
- **Evidência de urgência, quando for o caso (ex.: relatório médico, sintomas).**



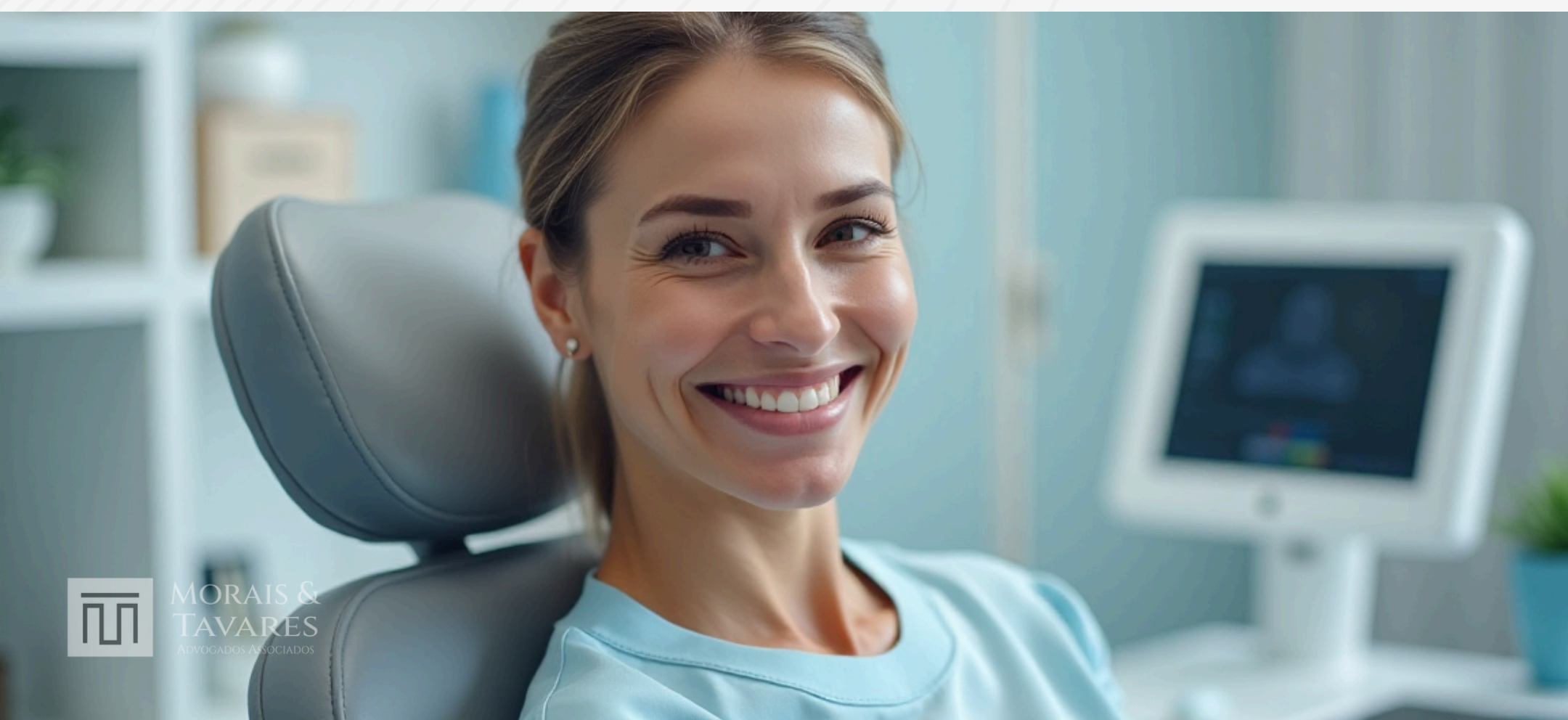
8. O plano de saúde pode impor carência em casos urgentes?

Não. Em situações de urgência e emergência, a ANS determina que a cobertura deve ser imediata, mesmo que o período de carência não tenha terminado.

Recusar o atendimento nesses casos é ilegal e pode gerar responsabilização civil.

9. É possível exigir o fornecimento de medicamentos de alto custo ou fora do rol da ANS?

Sim. Se o remédio for essencial para o tratamento, tiver registro na Anvisa e houver prescrição médica justificada, é possível exigir o fornecimento. Mesmo que o medicamento esteja fora do rol da ANS ou tenha uso off-label, a Justiça pode determinar sua liberação.



10. Qual o prazo para entrar com ação contra o plano de saúde?

O prazo, em regra, é de 5 anos a partir da negativa, com base no Código de Defesa do Consumidor. Mas quanto antes agir, melhor, especialmente se o objetivo for obter o tratamento com urgência.

11. Como o Moraes & Tavares pode ajudar em casos de negativa de tratamento?

O **Moraes & Tavares Advogados Associados** atua com foco na defesa de pacientes em situações como:

- Negativa de cirurgias, exames, medicamentos ou terapias;
- Pedidos de liminar para garantir cobertura imediata;
- Ações de indenização por danos morais e materiais;
- Casos envolvendo doenças graves, crônicas ou emergenciais.

Oferecemos análise técnica, e acompanhamento humanizado — porque defender a saúde também é um ato de justiça.

Moraes & Tavares Advogados Associados, um escritório como você nunca viu.

Nossas marcas:



FALE CONOSCO AGORA



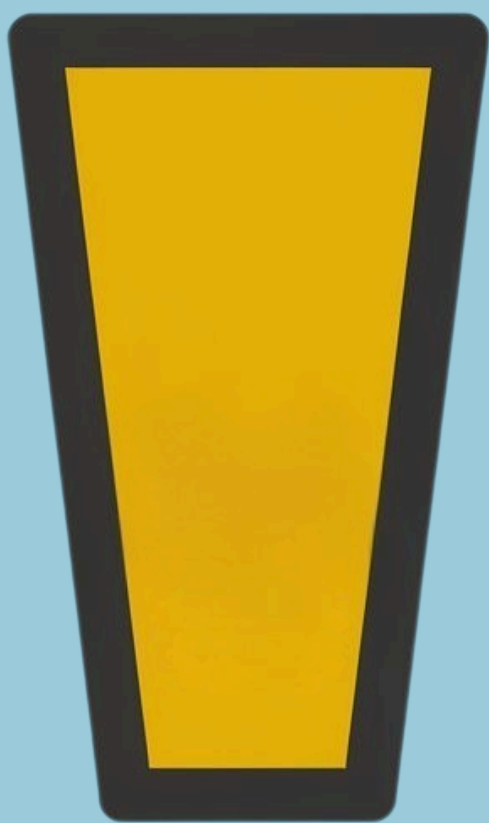
MORAIS & TAVARES ADVOGADOS ASSOCIADOS

 moraistavares.adv.br

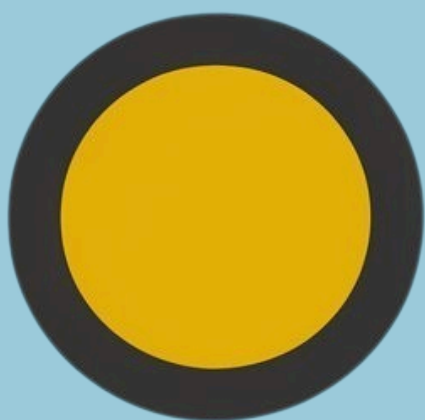
CNPJ: 32.658.358/0001-00



Cuidamos do que realmente importa — Você!



lei de boa



Entenda seus direitos
de forma fácil e direta

Ouçá no SpotiFy



Spotify[®]